

Licitações e o planejamento de aquisições: mapeamento e caracterização da atual produção acadêmica.

Antonio Araujo Alonso – antonio_alonso@id.uff.br – UFF/CHS

RESUMO ESTRUTURADO

Introdução/Problematização: Através do processo licitatório o Estado brasileiro adquire bens e serviços. No entanto, o sucesso das licitações depende de uma gestão comprometida com a legalidade, a eficiência e sobretudo com a finalidade de cada instituição. O aprimoramento contínuo dos mecanismos de aquisição é indispensável para oferecer serviços de excelência. Embora boa parte do aprimoramento seja imposto pela lei, o desenvolvimento desses processos depende da contribuição da comunidade acadêmica, que dispõem de recursos e métodos privilegiados para sistematizar e promover boas práticas em licitações públicas.

Objetivo/proposta: Este artigo mapeia a atual produção acadêmica a respeito do tema das licitações, e compras públicas, com um recorte orientado ao planejamento de aquisições. O levantamento identifica o volume produzido, os periódicos, instituições e autores mais relevantes, as principais palavras-chave e as principais referências bibliográficas. O objetivo é a caracterização e a compreensão do perfil atual desta produção.

Procedimentos Metodológicos: Para tanto é realizada uma análise bibliométrica dos artigos nas bases de dados indexadas ao portal de periódico da Capes. Aplica-se a ordenação em rol, a determinação de frequência de eventos e a análise fatorial exploratória para alcançar os objetivos propostos.

Principais Resultados: Partindo das palavras chave e dos filtros escolhidos e após a qualificação da amostra, chega-se a 129 artigos relacionados ao tema. O mapeamento não identificou uma Elite Produtiva nem tão pouco polos acadêmicos de destaque no tema. Evidenciaram-se as palavras-chave relacionadas a sustentabilidade e confirmou-se o peso das normas legais e dos doutrinadores jurídicos como principais referências bibliográficas.

Considerações Finais/Conclusão: O mapeamento traz indícios de um campo acadêmico em formação, com uma lacuna para a produção acadêmica referencial. Os resultados suscitam novos levantamentos a respeito da produção acadêmica da elite do campo e da relevância do tema das licitações em dissertações e teses. O mapeamento da produção dos programas de mestrado e doutorado em Administração Pública para identificar a relevância do tema das licitações na mesma também é sugerido para complementar a análise.

Contribuições do Trabalho: Espera-se que o mapeamento contribua e encoraje a consolidação de um campo produtivo, sustentando práticas mais fundamentadas e robustas dos gestores públicos.

Palavras-Chave: licitação; planejamento de aquisições; aquisições públicas; bibliometria.

1. Introdução

O Estado brasileiro, assim como prevê o artigo 37 em seu inciso XXI, tem como prática a contratação de materiais e serviços para a consecução das suas finalidades, através de processos licitatórios (Brasil, 1988). A licitação é o mecanismo pelo qual o Estado seleciona a proposta mais vantajosa, atendendo ao princípio da eficiência. Essa seleção partirá de um julgamento orientado pela isonomia entre os participantes e pela impessoalidade. Ao fixar em edital os requisitos exigidos, a Administração apresenta uma demanda clara, permitindo que todos os interessados que preencham as exigências possam se candidatar ao contrato. (Rodrigues & Toledo, 2023).

A logística pública brasileira ao longo dos anos vem aprimorando suas estratégias de contratações e aquisições para torná-las mais eficientes. Esses aprimoramentos acontecem, sobretudo, através de mudanças na legislação que, na Administração Pública, altamente regulamentada e vinculada à lei, impõem aos agentes públicos alterações nos processos e nos fluxos de trabalho. Dispositivos infralegais também são utilizados para unificar interpretações, ou especificar mecanismos fundamentais do processo licitatório e das contratações em geral. Desta forma, o Gestor Público tem a obrigação de manter-se atualizado e de ajustar os procedimentos de acordo com essas normativas. Igual atenção deve ser dada aos Acórdãos relativos ao tema, que, ao julgar a legitimidade de casos concretos, balizam novos limites para as práticas.

Esses são, portanto, mecanismos de aprimoramento impositivos ligados ao caráter vinculado do ato administrativo. Há, no entanto, inúmeros temas dentro das práticas da logística pública relacionados ao caráter discricionário do agir administrativo. A boa gestão dos recursos para garantia da finalidade pública passa pelo estudo de vários campos: fluxos procedimentais, *frameworks*, metodologias de gestão, práticas de gestão de tempo e de pessoas, gestão por resultados, perfil dos compradores, métricas e indicadores de gestão, metodologias de análise de risco, falhas de mercado, planejamento estratégico, novas tecnologias para gestão da cadeia de suprimento, *business intelligence*, automação de processos, uso de Inteligência Artificial. Muitos outros temas poderiam ser adicionados a essa lista.

Em suma, constata-se que apesar do alto nível de regulamentação das aquisições e contratações públicas, o domínio do conhecimento jurídico e regulatório não é suficiente para garantir a excelência na gestão dos recursos públicos. Existe um universo de saberes não regulatórios que precisam ser desenvolvidos formalmente e coletivamente para o amadurecimento da logística pública.

Se por um lado a produção normativa é volumosa e qualificada, o que podemos dizer da produção de saberes relacionados à gestão? Considerando que a produção formal acadêmica é a forma privilegiada para o desenvolvimento desses saberes de forma metodológica, importa investigar o estado de tal produção.

Portanto, o objetivo deste trabalho é mapear a produção acadêmica, em artigos científicos indexados pelo portal de periódicos da CAPES, relacionada a temática das licitações e do planejamento de aquisições, nos últimos 5 anos. O levantamento identificará o volume produzido, os periódicos, instituições e autores mais relevantes, as principais palavras-chave e

as principais referências bibliográficas. Com isso, pretende-se caracterizar essa produção e obter indicações de seu perfil atual.

Essa é, portanto, uma pesquisa descritiva e seus resultados serão apresentados a partir do método indutivo (Markone & Lakatos, 2010). A possibilidade de extrapolação dos resultados obtidos é limitada pelas próprias decisões metodológicas. No entanto, o mapeamento pretende servir como ferramenta analítica para gestores que desejam orientar suas práticas e pesquisadores que pretendam contribuir com a expansão do campo.

2. Fundamentação Teórica

Este trabalho se fundamenta em duas áreas de conhecimento. A primeira é a dos saberes relacionados às licitações e planejamentos de aquisições. A segunda diz respeito à bibliometria e a sua utilidade para a compreensão da produção acadêmica.

2.1. Licitações e o planejamento de aquisições

Planejamento de aquisições é um processo crítico para as organizações, sejam elas públicas ou privadas. Quanto mais complexa é uma organização, mais robustos tendem a ser seus controles e prestações de conta relacionados à aquisição. Sendo a natureza da Administração Pública altamente complexa, é compreensível que os mecanismos pelos quais ela adquire materiais também o sejam.

É a lei quem define os mecanismos pelos quais os entes públicos farão suas aquisições. Ao fazê-lo deverão julgar a proposta mais vantajosa considerando:

“os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos” (Brasil, 1993).

Em 21 de junho de 1993 foi promulgada a Lei 8.666/93, ficou conhecida como a Lei de Licitações uma vez que regulamentava o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública. Esta lei, ainda em vigor, desde sua criação vem recebendo inúmeras críticas. Outras leis foram criadas ao longo dos anos na tentativa de aperfeiçoar as licitações.

A lei 10.520/2002 instituiu a modalidade de licitação denominada pregão, que se tornou a regra para a aquisição de bens e serviços comuns, especialmente na sua versão eletrônica. Esta foi uma importante inovação que permitiu a inversão de fases e simplificou o certame trazendo maior agilidade à fase externa da licitação (Brasil, 2002).

Em 2006 foi publicada a Lei complementar 123 estabelecendo o tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas, inclusive no que diz respeito às licitações. Esta lei foi um importante passo para garantir um tratamento isonômico entre os licitantes (Brasil, 2006).

Outro importante passo foi dado pelo Decreto Federal n. 7.746, de 05 de junho de 2012, que regulamentou as práticas de aquisições sustentáveis (Brasil, 2012).

Na esteira da necessidade de investimentos trazida pelos Jogos Olímpicos e pela Copa do Mundo de Futebol, foi publicada a Lei 12.462 de 4 de agosto de 2011, instituindo o Regime Diferenciado de Contratação. Esta lei, que logo teve sua aplicação estendida, trouxe maior celeridade, para as contratações de serviços, especialmente obras de infraestrutura (Brasil, 2011).

À medida que essas inovações legais eram incorporadas, surgiam propostas de uma Nova Lei de Licitações que fosse capaz de consolidar os avanços alcançados e propor novos dispositivos capazes de dar conta de um mundo cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo.

Depois de longo debate público a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 surgiu para substituir as leis 8.666/1993, 10.520/2002 e 12.462/2011, o que ocorrerá em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a Lei Complementar 198/2023 (Brasil, 2021).

2.2. O mapeamento da produção acadêmica através da análise bibliométrica.

O mapeamento proposto neste trabalho utilizou técnicas bibliométricas, as quais, de acordo com Silva (2016, p. 248), caracterizam-se como “uma técnica estatística e quantitativa com o objetivo de apresentar índices de produção e de disseminação do conhecimento científico”. Através dos princípios estatísticos podemos organizar a comunicação escrita a fim de obter informações sobre as disciplinas e suas redes acadêmicas e encontrar tendências. Vanti (2002, p. 155) enumera como principais possibilidades de aplicação desta técnica:

- “– identificar as tendências e o crescimento do conhecimento em uma área;
- identificar as revistas do núcleo de uma disciplina;
- mensurar a cobertura das revistas secundárias;
- identificar os usuários de uma disciplina;
- prever as tendências de publicação;
- estudar a dispersão e a obsolescência da literatura científica;
- prever a produtividade de autores individuais, organizações e países;
- medir o grau e padrões de colaboração entre autores;
- analisar os processos de citação e co-citação;
- determinar o desempenho dos sistemas de recuperação da informação;
- avaliar os aspectos estatísticos da linguagem, das palavras e das frases;
- avaliar a circulação e uso de documentos em um centro de documentação;
- medir o crescimento de determinadas áreas e o surgimento de novos temas.”

Dentre o universo de usos da Bibliometria três leis se estabeleceram como as principais segundo Araujo (2006): a Lei do quadrado inverso de Lotka que estabelece que, em um determinado campo, um pequeno número de autores é responsável por um volume significativo da produção, enquanto um grande número de autores soma uma pequena contribuição ao campo. Dentro da Lei de Lotka importa destacar o aperfeiçoamento proposto pela Lei do

elitismo de Price que determina que a Elite de um campo, correspondente à raiz quadrada do total de autores, é considerada produtiva quando é responsável pela metade da produção deste campo.

A Lei de Bradford trata da distribuição dos artigos de uma determinada disciplina entre os periódicos relacionados à mesma. Ele estabelece 3 grupos (zonas) de periódicos relacionados de forma mais ou menos estreita com o tema estudado. A grande contribuição é compreender que, apesar da distribuição desigual e da identificação de um núcleo de periódicos responsáveis por um volume significativo da produção, existe uma parcela igualmente relevante da produção que está dispersa em um grande número de periódicos, relacionados de forma menos estreita com o campo. A isso se atribuiu a dificuldade para a indexação e mapeamento dos artigos de um campo.

A terceira lei clássica da Bibliometria é a de Zipf que analisa a frequência de aparecimento de certas palavras em um texto. Postula-se que a identificação das palavras mais frequentes é uma forma de definir o tema do texto.

No presente trabalho poderemos observar as tendências relacionadas às 2 primeiras leis. Não observaremos a relevância da Lei de Zipf uma vez que não foi verificada a frequência das palavras nos textos estudados.

Partindo-se destas técnicas bem estabelecidas da Bibliometria é possível realizar um mapeamento sólido da produção acadêmica do tema das Licitações e Planejamento de Compras Públicas.

3. Procedimentos metodológicos

Neste trabalho serão utilizadas metodologias de análise preliminar, especificamente a ordenação (rol) dos dados da amostra, a determinação de frequência de eventos e a análise fatorial exploratória, que consiste no agrupamento das variáveis encontradas a fim de reduzir o número de dados e qualificar a sua interpretação (Hongyu, 2018). Com esses mecanismos iremos determinar

- O volume produzido;
- Os periódicos mais relevantes;
- As instituições mais relevantes;
- Os autores mais relevantes;
- As principais palavras-chave;
- As principais referências bibliográficas.

A técnica fundamental para obtenção das informações bibliométricas deste trabalho seguiu o fluxo do quadro abaixo extraído de Quevedo-Silva (2016, p. 249):

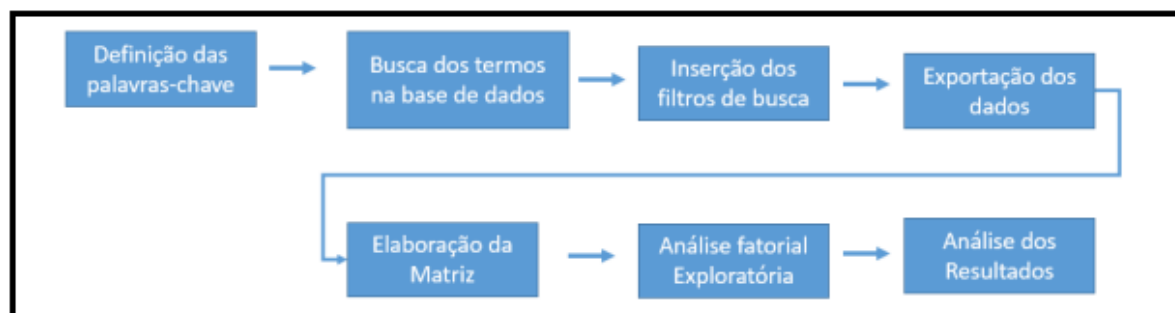


Figura 1- Passos para Bibliometria (Quevedo-Silva, 2016, p. 249).

Além das 7 fases descritas no quadro, foi realizada concomitantemente à fase de Elaboração da Matriz um procedimento de qualificação dos dados, que será descrita mais adiante.

A coleta de dados para este mapeamento foi realizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no endereço eletrônico www.periodicos.capes.gov.br. Segundo a instituição:

“O Portal é um dos maiores acervos científicos virtuais do país (...) São mais de 39 mil periódicos com texto completo e 396 bases de dados de conteúdos diversos, como referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência.” (Portal de periódico CAPES – Quem Somos).

A escolha deste portal como fonte de pesquisa nos dá uma amostra confiável da produção acadêmica nacional. Ao realizar a busca nesta ferramenta o resultado retornado tem sua origem em diversas bases de dados relevantes. Desta forma, apesar de usarmos um único portal para pesquisa, o amostral da mesma é o conjunto dos artigos de centenas de bases de dados.

3.1. A Escolha das palavras-chave e as Estratégias de filtros de busca

Julga-se pertinente apresentar o caminho e o raciocínio percorrido até a definição dos termos e da estratégia de busca utilizado neste trabalho. Fazê-lo poderá contribuir com futuras pesquisas correlatas e dará maior transparência às escolhas. Não é, no entanto, uma tentativa de poupar os futuros pesquisadores do esforço exaustivo de encontrar a melhor combinação de termos e filtros. Nesta escolha reside uma decisão estratégica, que impacta diretamente na qualidade do trabalho. Além disso essa investigação propicia um aprendizado sobre a dinâmica dos termos e filtros que poderão trazer *insights* relevantes.

A estratégia inicial de busca se valeria de dois grupos de termos interseccionados pelo operador booleano AND. O primeiro grupo seria de termos relacionados ao campo da Administração Pública, como forma de restringir a área de interesse dos artigos. E o segundo, de termos diretamente relacionados à licitação, ao planejamento de compras e aos artefatos documentais utilizados na fase preparatória da licitação.

Tabela 1. Estratégia inicial de pesquisa.

Base de Dados	Portal Capes
Formato da busca	("administração pública" OR "serviço público" OR "Gestão pública" OR "Setor Público") AND ("compras" OR "contratações" OR "planejamento de compras" OR "planejamento de licitaç*" OR "processo licitatório" OR "fase preparatória" OR "fase interna" OR "documento de formalização de demanda" OR "estudo técnico preliminar" OR "Termo de Referência" OR licitaç*)
Filtros aplicados	"Artigos", "Anos: 2018-2023" e "Português"
Resultados:	215

Fonte: Dados da pesquisa

Ao realizar a pesquisa percebeu-se que os termos "compras", "contratações", "fase preparatória" e "fase interna" foram responsáveis por retornar resultados sem afinidade com os objetivos do levantamento bibliométrico. Portanto, foi realizada uma nova busca, sem estes termos.

Tabela 2. Segunda estratégia

Base de Dados	Portal Capes
Formato da busca	("administração pública" OR "serviço público" OR "Gestão pública" OR "Setor Público") AND ("planejamento de compras" OR "planejamento de licitaç*" OR "processo licitatório" OR "documento de formalização de demanda" OR "estudo técnico preliminar" OR "Termo de Referência" OR licitaç*)
Filtros aplicados	"Artigos", "Anos: 2018-2023" e "Português"
Resultados	141

Fonte: Dados da pesquisa

Feito isso, utilizou-se uma terceira estratégia de busca, a fim de testar a eficácia do primeiro grupo de palavras relacionada ao campo da Administração Pública como restritor dos resultados relevantes. Desta vez o grupo de palavras-chave foi excluído da busca pelo operador booleano NOT.

Tabela 3. Estratégia para verificação de eficácia dos termos restritivos ao campo das Públicas.

Base de Dados	Portal Capes
Formato da busca	("planejamento de compras" OR "planejamento de licitaç*" OR "processo licitatório" OR "documento de formalização de demanda" OR "estudo técnico preliminar" OR "Termo de Referência" OR licitaç*) NOT ("administração pública" OR "serviço público" OR "Gestão pública" OR "Setor Público")
Filtros aplicados	"Artigos", "Anos: 2018-2023" e "Português"
Resultados:	198

Fonte: Dados da pesquisa

Uma avaliação inicial dos resultados, retornados a partir desta estratégia, demonstrou serem tão relevantes quanto os resultados com os termos restritivos. Portanto, a estratégia definida foi utilizar somente o segundo grupo de palavras, descartando-se os termos restritivos.

Na última fase foram suprimidos os termos relacionados aos artefatos da fase preparatória da Licitação: “documento de formalização de demanda”, “estudo técnico preliminar” e “Termo de Referência”. Curiosamente, esses termos foram responsáveis por retornar 19 resultados, todas sem afinidade com o levantamento.

Tabela 4. Estratégia final de pesquisa definida

Base de Dados	Portal Capes
Formato da busca	“planejamento de compras” OR “planejamento de licitação*” OR “processo licitatório” OR licitação*
Filtros aplicados	“Artigos”, “Anos: 2018-2023” e “Português”
Resultados:	320

Fonte: Dados da pesquisa

Todas as buscas descritas acima e a extração dos dados, descrita no próximo tópico, foram realizadas no dia 22/08/2023.

3.2. Exportação e qualificação dos dados

A lista de artigos foi extraída do Portal Capes no Formato BibTeX e importada para uma biblioteca no gerenciador de Bibliografias JabRef. Partindo dos 320 artigos retornados, identificamos a necessidade de uma qualificação da amostra. Em primeiro lugar foram retirados 27 artigos duplicados.

Em seguida, foi realizada a leitura dos Títulos e dos resumos a fim de excluir os artigos sem aderência ao recorte pretendido. Nesta seleção foram retirados 162 resultados que não possuíam nenhuma relação com o tema. Ao longo do procedimento metodológico mais 2 artigos foram retirados, pela dificuldade de extração das informações referentes às referências bibliográficas. O resultado é, para os fins desta metodologia de pesquisa, o conjunto dos artigos em português que tratam do tema das Licitações ou Compras e Contratações Públicas, publicados entre 2018 e 2023.

Tabela 5. Qualificação dos dados.

Data da consulta	Resultado preliminar	Artigos duplicados	Retirados após leitura dos títulos e resumo	Retirados por dificuldade de extração de referências bibliográficas	Total de artigos selecionados
22/08/23	320	27	162	2	129

Fonte: Dados da pesquisa

4. Resultados

Os resultados aqui apresentados são um recorte limitado pela ferramenta de busca utilizada e pelas decisões metodológicas. Não devem ser tratados como uma pesquisa censitária da produção acadêmica do campo. No entanto a relevância da fonte dos dados (Portal de Periódico CAPES) e a rigidez metodológica aplicada oferecem resultados úteis para compreender a produção deste campo.

4.1. Volume produzido

O levantamento identificou 129 artigos abordando a temática das Licitações e Planejamento de Compras Públicas.

4.2. Periódicos mais relevantes

Os artigos se distribuíram em 29 periódicos. Abaixo, estão relacionados os periódicos que compõem a zona principal de periódicos, na perspectiva da Lei de Bradford. As 5 revistas deste núcleo foram responsáveis pela publicação de 40 artigos, o correspondente a 31% da amostra.

Tabela 6. Periódicos mais relevantes.

Revista	Publicação	Frequência
Revista Controle	Tribunal de Contas do Estado do Ceará	14
Revista de Direito Brasileira	Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito	8
Revista brasileira de políticas públicas	CEUB	7
GeSec : Revista de Gestão e Secretariado	Sindicato das Secretárias do Estado de São Paulo	6
Revista Foco	Editora Foco Publicações Ltda	5

Fonte: Dados da pesquisa

4.3. Instituições mais relevantes

Para este objetivo, foram consultadas as biografias dos autores, constantes nos próprios artigos. Foram registradas as instituições com a qual o autor declarou manter vínculo formal, inclusive em situações em que foi declarado mais de um vínculo.

O quadro 7 lista as instituições associadas a mais de uma publicação. Nota-se uma discreta tendência de concentração da produção, apontando para a Ausência de polos de produção acadêmica relevantes.

Tabela 7. Instituições dos autores.

Instituição dos autores	Frequência
Universidade Federal da Bahia	5
UFPR - Universidade Federal do Paraná;	4
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina	4
USP – Universidade de São Paulo	4
FGV - Fundação Getúlio Vargas	3
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	3
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria	3
Unifor – Universidade de Fortaleza	3
UNIMAR - Universidade de Marília	3
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco	3
EAGU – Escola da Advocacia Geral da União	2
FESMPDFT - Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	2
Polícia Federal	2
Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.	2
PROFIAP	2
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2
UFPA - Universidade Federal do Pará	2
UFPB - Universidade Federal da Paraíba	2
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro	2
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2
UFS - Universidade Federal de Sergipe	2
Unigranrio - Universidade do Grande Rio	2
Universidade de Brasília	2
Universidade de Pernambuco	2
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	2
Universidade Presbiteriana Mackenzie	2
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2

Fonte: Dados da pesquisa

4.4. Autores com maior volume de publicações (Elite de Price)

A distribuição de frequência dos autores revelou a ausência de uma elite produtiva, segunda as Leis de Price. No quadro 8 estão relacionados todos os autores com mais de duas

publicações. Estes 12 autores caracterizam a Elite do campo, representada pela raiz quadrada do total de autores. No entanto, a produção acumulada desta Elite é de 24 artigos, bem distante dos 64 artigos necessários para alcançar a metade da produção que classificaria esta Elite como produtiva.

Tabela 8. Autores com maior volume de publicações (Elite de price)

Autores	Frequência
Edimário Freitas de Andrade Júnior	3
Flávio Garcia Cabral	3
Cavichioli Carmona	2
Marlene Valério dos Santos Arenas	2
Guilherme Francisco Frederico & Ricardo Belinski	2
Danielle Meireles de Oliveira, Cynara Fiedler Bremer & Maria Carmen Couto Ribeiro	2
Paulo Figueiredo	2
Claudia Lopes de Souza & Marcelo Gerardin Poirot Land	2
Daniela Meirelles Andrade & Vinicius Batista Goncalves	2
José Orcélio do Nascimento & Marcus Vinicius Moreira Zittei	2
Ricardo Rocha de Azevedo	2
Leandro Sarai & Cristiane Rodrigues Iwakura	2
Regis Signor, Alan Oliveira Lopes & Alexandre Bacellar Raupp	2

Fonte: Dados da pesquisa

4.5. Principais palavras-chave

A identificação da distribuição de frequência, das palavras-chave encontradas nos artigos, oferece um importante panorama dos principais segmentos dentro deste mapeamento. Entre os artigos listados, nota-se um destaque significativo para as questões relacionadas à sustentabilidade. Agrupando-se os termos relacionados ao tema, em uma análise fatorial exploratória, foi encontrada a frequência de 58 expressões relacionados à sustentabilidade.

Tabela 9. Palavras-chave

Palavras-chave	Frequência
Licitação	24
Desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento nacional sustentável	15
Licitações	15
Compras Públicas; Aquisições Públicas	13
Sustentabilidade; Boas práticas sustentáveis; Sustentabilidade Ambiental; Sustentabilidade Social	13
Administração Pública	11
Contratações Públicas	11
Contrato Administrativo; Contratos Administrativos	11

Compras Sustentáveis; Aquisições sustentáveis; Compra pública sustentável; Compras públicas sustentáveis; Compras Verdes.	9
Corrupção	7
Política Pública	7
Dispensa de Licitação; Dispensa Licitatória	6
Pregão eletrônico	6
COVID-19; Coronavírus.	5
Eficiência	5
Inovação	5
Licitação sustentável	5
Licitações Públicas	5
Licitações sustentáveis	5
<i>Compliance</i>	4
Compras Governamentais	4
Contratações públicas sustentáveis; contratações públicas ecológicas	4
Direito administrativo	4
Gestão Pública	4
Lei de licitação.	4
Lei nº 14.133/2021	4
Tribunais de Contas	4
Agenda ambiental ; Agenda 2030.	3
Cartel	3
Contratos	3
Controle	3
Micro e Pequena Empresa	3
Novas tecnologias	3
Pandemia	3
Transparência	3
<i>Blockchain</i>	2
Ciclo PDCA	2
Concorrência	2
Construção civil.	2
Contratos Públicos	2
Controle Social	2
Critérios de sustentabilidade.	2
Diálogo competitivo	2
Empresa de Pequeno Porte	2
Estado	2
Fraude	2
Gestão da Informação	2
Governança	2
Governança pública	2

Inexigibilidade de licitação	2
Meio ambiente	2
Microempresa	2
Nova Lei de Licitações	2
Obras de engenharia	2
Obras Públicas	2
Planejamento	2
Pregão	2
Processos Licitatórios	2
Regime Diferenciado de Contratações	2
Regulamentação	2

Fonte: Dados da pesquisa

4.5.1. Relacionados à pandemia

Foram destacadas, dentro da lista de palavras-chave, as que possuíam relação com a Pandemia do coronavírus, a fim de identificar o quanto este evento impactou a produção acadêmica do campo. O resultado foram 10 palavras-chave relacionadas ao tema.

Tabela 10. Fatores relacionados à pandemia.

Fatores relacionados à pandemia	Frequência
COVID-19; Coronavírus.	5
Pandemia	3
Regime Emergencial do Covid-19	1
Sindemia	1
TOTAL	10

Fonte: Dados da pesquisa

4.5.2. Relacionados a Lei 14.133/2021

Da mesma forma, foram agrupados os fatores relativos à Lei 14.133, a fim de verificar seu impacto na produção do campo. Foram identificadas apenas 7 palavras-chave relacionadas ao tema.

Tabela 11. Fatores relacionados a lei 14.133/2021.

Fatores relacionados à Lei 14.133/2021	Frequência
Lei nº 14.133/2021	4
Nova Lei de Licitações	2
Nova Lei de licitações e contratos administrativos	1
TOTAL	7

Fonte: Dados da pesquisa

4.6. Principais referências bibliográficas

Foi realizada, manualmente, a extração das referências bibliográficas dos 129 artigos, a partir de seus textos originais. As referências foram tabuladas em um software de planilhas (Excel), associadas ao artigo de onde foram extraídas. A partir deste banco de dados, que totalizou 4086 citações, foi possível, utilizando o mecanismo de ordenação alfabética e a ferramenta de localização, determinar a frequência de citações por autor e por documento.

4.6.1. Frequência de citações por autor

Neste levantamento, optou-se por apresentar os resultados através do agrupamento fatorial das referências, associadas aos documentos oficiais do Estado. Sem surpresa, nota-se a prevalência destes documentos como fonte referencial. Outro destaque importante refere-se à posição dos doutrinadores jurídicos do campo nesta lista. Apresentamos no quadro a seguir.

Tabela 12. Autores mais citados

Autores mais citados	Frequência
(Brasil) Leis e Leis complementares	289
(Brasil) Constituição	105
(Brasil) Tribunal de contas da União	98
Justen Filho, Marçal	54
(Brasil) Decretos	41
(Brasil) Instruções Normativas	34
Ministério do Meio Ambiente	32
Di Pietro, Maria Sylvia Zanella	30
Meirelles, Hely Lopes	28
OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico	27
Governo do Estado do Ceará	26
Mello, Celso Antônio Bandeira de	25
(Brasil) Outros tribunais federais	24
Freitas, Juarez	24
Advocacia Geral da União	21
Gil, Antônio Carlos	20
SEBRAE	19
Carvalho Filho, José dos Santos	17
Distrito Federal	17
IBGE	17
(Brasil) Portaria	16
Sundfeld, Carlos Ari	16

Fernandes, Jorge Ulisses Jacoby	15
ONU	15
Amapá	14
Biderman, Rachel <i>et al</i>	14
Niebuhr, Joel de Menezes	14
Nohara, Irene Patrícia Diom.	13
Walker, Helen	13
Garcia, Flávio Amaral	12
Governo do Rio de Janeiro	12
Madureira, Claudio	12
Cabral, Sandro	11
Comissão Europeia	11
Lakatos, Eva Maria	11
Bajari, P.	10
Furtado, Lucas Rocha	10
Governo do Estado de São Paulo	10
Oliveira, Rafael Carvalho Resende	10
Portal de Transparência do Acre	9
Alencastro, M. A. C.	9
Brammer, Stephen.; Walker, Helen	9
Cabral, Flávio Garcia	9
Caldas, Roberto Correia da Silva Gomes	9
Governo do Estado de Minas Gerais	9
Grau, Eros Roberto	9
Iclei. Governos Locais pela Sustentabilidade	9
Marconi, Marina de Andrade	9
Mata Diz, Jamile Bergamaschine	9
Moreira Neto, Diogo de Figueiredo	9
Pereira Júnior, Jesse Torres	9
Reis, Paulo Ricardo da Costa; Sampaio, Adilson da Hora	9
Betiol, L. S. <i>et al.</i>	8
Faria, Evandro Rodrigues	8
Gasparini, Diogenes	8
Matias-Pereira, José	8
Oliveira, B. C. S. C. M. de	8
Reis, P. R. C.	8
Signor, R.	8
Veiga, José Eli da	8

Fonte: Dados da pesquisa

4.6.2. Frequência de citações por publicação

O Quadro 12 apresenta as obras mais citadas entre os artigos pesquisados. Foram excluídas deste quadro as Leis e demais documentos normativos. Evidencia-se o peso que os livros têm para o campo.

Tabela 13. Publicações mais citadas.

Publicações mais citadas	Frequência
Justen Filho, M. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos.	31
Di Pietro, M. S. Z. Direito administrativo.	26
Meirelles, H. L. Direito administrativo brasileiro.	25
Mello, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo.	21
Carvalho Filho, J. S. Manual de Direito Administrativo.	17
Biderman, Rachel <i>et al.</i> (Org.). Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável.	14
Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa.	13
Freitas, J. Sustentabilidade: direito ao futuro.	10
Justen Filho, Marçal. Curso de direito administrativo.	10
Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Agenda Ambiental na Administração Pública.	9
Alencastro, M. A. C., Silva, E. V. da, & Lopes, A. M. D. Contratações sustentáveis na administração pública brasileira: A experiência do Poder Executivo federal. Revista de Administração Pública	8
Brammer, S; Walker, H. L. <i>Sustainable procurement practice in the public sector: Na international comparative study.</i>	8
Alexandrino, Marcelo; Paulo, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado.	7
Gasparini, Diógenes. Direito administrativo.	7
Oliveira, B. C. S. C. M. de; Santos, L. M. L. dos. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. Administração Pública.	7
Yin, R. Estudo de caso: planejamento e método.	7
Betiol, L. S. <i>et al.</i> Compra sustentável: a força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva.	6
Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social.	6
Brasil. Advocacia-Geral da União. Guia nacional de contratações sustentáveis.	5
Furtado, L. R. Curso de direito administrativo.	5
Garcia, Flávio Amaral; Ribeiro, Leonardo Coelho. Licitações públicas sustentáveis.	5
Grau, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988.	5
Niebuhr, J. de M. Licitação Pública e Contrato Administrativo	5
Oliveira, R. C. R. Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática	5
Oliveira, Rafael Sérgio Lima. O diálogo competitivo do projeto de lei de licitação e contrato brasileiro.	5

Pereira Jr., Jessé Torres; Dotti, Marinês Restelatto. Políticas Públicas nas Licitações e Contratações Administrativas.	5
Ribeiro, C. G.; Inácio Júnior, E. Mensurando o mercado de compras governamentais brasileiro.	5
Vergara, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração.	5
Bajari, P.; McMllan, R.; Tadelis, S. Auctions Versus Negotiations in Procurement: An Empirical Analysis.	4
Bardin, L. Análise de conteúdo.	4
Cabral, S.; Reis, P. R. da C.; Sampaio, A. da H. Determinantes da participação e sucesso das micro e pequenas empresas em compras públicas: uma análise empírica.	4
Creswell, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.	4
Dallari, A. de A. Aspectos Jurídicos da Licitação.	4
Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. Análise Multivariada de dados.	4
Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. Fundamentos de metodologia científica.	4
Marinela, F. Direito Administrativo.	4
Motta, Alexandre R. O combate ao desperdício no gasto público: uma reflexão Baseada na comparação entre os sistemas de compra privado, público Federal norte-americano e brasileiro.	4
Motta, C. P. C. Eficácia nas licitações e contratos.	4
Niebuhr, Joel de Menezes. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública.	4
Nohara, Irene Patrícia. Direito administrativo.	4
Cabral, S.; Reis, P. R. da C.; Sampaio, A. da H. Determinantes da participação e sucesso das micro e pequenas empresas em compras públicas: uma análise empírica.	4
Valente, M. A. L. Marco legal das licitações e compras sustentáveis na Administração Pública Brasília.	4

Fonte: Dados da pesquisa

5. CONCLUSÕES

Os resultados obtidos, a partir das técnicas bibliométricas, dão sinais de um campo acadêmico em formação. A ausência de uma Elite Produtiva e de polos produtivos destacados dentro das instituições contribuem para esta hipótese. Um desdobramento interessante desta pesquisa seria o levantamento de todas as publicações dos autores da Elite do campo, a fim de verificar se o seu esforço produtivo está associado de forma mais ou menos estreita ao recorte da pesquisa.

Da mesma forma, causa certo estranhamento a baixa produção relacionada à pandemia e à Lei 14.133/2021. Estes foram temas que impactaram significativamente a atuação dos profissionais das áreas de Licitação e Logística Pública e, esperava-se encontrar

um volume maior relacionado aos temas. Por outro lado, destaca-se de forma entusiasmada a produção de artigos relacionados às licitações sustentáveis.

Outro complemento importante seria aplicar esta metodologia de mapeamento às dissertações e teses. Igualmente relevante seria um levantamento da produção acadêmica e do perfil dos programas de mestrado e doutorado em Administração Pública. O número de mestrados e doutorados profissionalizantes pode ter relação com o nível de produção de artigos.

Nota-se ainda que, entre as referências bibliográficas utilizadas, destaca-se sobremaneira as referências aos livros dos doutrinadores jurídicos do campo. Desta observação inferimos duas observações. A primeira é que existe uma lacuna para produções de pesquisa acadêmica referencial. A segunda é que garantir o acesso a esses títulos através de políticas de acervo digital é indispensável para o avanço do campo.

Sobre os procedimentos metodológicos e as escolhas e limitações da pesquisa, é necessário esclarecer que expandir a pesquisa para outros portais de busca acadêmica poderia trazer uma amostra maior. Da mesma forma, pela complexidade dos mecanismos de busca, consideramos ser possível encontrar universos de amostra distintos desta pesquisa, se fossem selecionadas bases de dados específicas dentro do Portal Capes. Apesar destas importantes ressalvas, pela amplitude e relevância do Portal Capes, intui-se a adequação da amostra ao mapeamento pretendido.

Por fim, cabe reconhecer que esta pesquisa não esgota o potencial que a Bibliometria tem a oferecer, enquanto ferramenta de diagnóstico da produção relacionada ao tema das Licitações e do Planejamento de Aquisições. Espera-se que mais informações possam ser obtidas em novos esforços.

Confiante na dinâmica virtuosa que se estabelece entre a produção acadêmica e as práticas profissionais, espera-se que este mapeamento contribua e encoraje a consolidação de um campo mais produtivo, na sustentação de práticas mais robustas e fundamentadas nas atuações dos Gestores Públicos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11–32, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 set. 2023.

_____. **Lei n. 8.666/1993**. Lei de Licitações. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

_____. **Lei complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

_____. **Lei n. 10.520**, de 17 de julho de 2002 – Lei do Pregão Eletrônico. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

_____. **Lei n.º 12.462**, de 04 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112462.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

_____. **Decreto n. 7.746**, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública, Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

_____. **Lei nº 14.133**, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

HONGYU, K. Análise Fatorial Exploratória: resumo teórico, aplicação e interpretação. **Engineering and Science**, v. 7, n. 4, p. 88–103, 2018. DOI: 10.18607/ES201877599. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/eng/article/view/7599>. Acesso em: 20 set. 2023.

PORTAL PERIÓDICO CAPES. **Quem Somos**. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

QUEVEDO-SILVA, Filipe; ALMEIDA SANTOS, Eduardo Biagi; BRANDÃO, Marcelo Moll; VILS, Leonardo. Estudo Bibliométrico: Orientações sobre sua Aplicação. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 15, n. 2, p. 246–262, 2016. DOI: 10.5585/remark.v15i2.3274. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/remark/article/view/12129>. Acesso em: 20 set. 2023.

RODRIGUES CYRINO, A.; TOLEDO, R. Desenhos de mercado, licitações e três apostas da Lei nº 14.133/2021. **Revista Eletrônica da PGE-RJ**, v. 5, n. 3, 2023. DOI: 10.46818/pge.v5i3.322. Disponível em:

<https://revistaeletronica.pge.rj.gov.br/index.php/pge/article/view/322>. Acesso em: 20 set. 2023.

VANTI, N. A. P.. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da informação**, v. 31, n. 2, p. 369-379, 2002.